



Cotas na perspectiva midiática da memória: quando o presente esquece o futuro¹

Zilda MARTINS²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este trabalho passeia pela memória, questiona a legitimidade do lugar de fala midiático como filtro de memória e as narrativas na contemporaneidade. A proposta é compreender como o Jornal Folha de São Paulo publiciza o tema cotas raciais/cotas sociais/ações afirmativas no Caderno de Opinião, considerando editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores. Trata-se de análise crítica para além da abordagem dualista *do contra* ou *a favor*, numa perspectiva do contexto histórico, social e político. O trabalho traz uma tensão dialógica entre a memória real, o silêncio simbólico da comunicação e as cotas raciais como resistência de dominação e caminho para uma nova cidadania.

Palavras-chave

Mídia; cotas raciais; memória; cidadania; esquecimento

Introdução

O ano de 2008 traz eleições municipais no Brasil e presidenciais nos Estados Unidos. Além disso, marca as comemorações de eventos importantes como os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os 20 anos da Constituição Cidadã e os cinco anos de cotas na primeira universidade pública do país (Uerj). Ora, o que essas datas têm em comum? Qual a relação entre a Constituição brasileira e as eleições americanas? E como a mídia imprime sentido a esses acontecimentos?

Para tentar responder a essas questões será analisada a ligação das cotas raciais com os demais eventos, listados acima, de interesse social e político. Vamos discutir conceitos de memória, narrativa e esquecimento, considerando a abordagem midiática de temas como Ações Afirmativas ou sistema de cotas raciais em editoriais, colunas, artigos e cartas de leitores, do Caderno de Opinião do Jornal Folha de São Paulo. O

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientada pelo professor Muniz Sodré de Araujo Cabral. Integrante do Núcleo de Pesquisa LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária. Contato: zildamarti@yahoo.com.br



período em estudo vai de janeiro a dezembro de 2008, e o interesse é pela edição nacional.

O objetivo desse trabalho é perceber de que forma o tema é apresentado no jornal, se dialoga com as questões envolvidas e percebidas pelos sujeitos afetados, no caso, os negros, e como está contextualizado com os demais temas em pauta. É tentar compreender como a mídia constrói e reconstrói a pauta de opinião sobre “cotas” durante esse período. Pretendemos fazer um passeio pela prática de formação de opinião do cotidiano jornalístico.

Considerando a centralidade da mídia na contemporaneidade e sua produção de sentidos sociais, problematizamos a legitimidade de sua atuação como filtro da memória, na medida em que escolhe o que deseja lembrar e o que deseja esquecer. Será analisado, também, o modo como os temas são disponibilizados no Caderno de Opinião, se permeados por outros sentidos sociais ou se presos ao seu próprio significado.

Na medida em que as cotas, uma vez implantadas, podem trazer como resultado mudanças de paradigma em nível educacional, social, econômico e político, em última instância, questionamos de que maneira a memória pode contribuir para democratizar a educação no país, tendo as cotas como referência. De que maneira a mídia aborda a inclusão de negros na universidade pública, considerando o passado, mas de olho no futuro? Há ainda outra questão que é saber como a mídia se relaciona com as fronteiras discursivas de opinião acerca das cotas. Nossa hipótese é de que a mídia apresenta o lugar de pertencimento do negro como sendo o mesmo lugar do branco pobre, no entanto as cotas trouxeram à memória outra realidade.

1. Memória e comunicação / narrativa

Falar de memória é antes de tudo compreender que há uma amplitude de debates sobre o tema, numa abordagem transdisciplinar, possibilitando diálogos plurais em diversas áreas do conhecimento (ciências sociais, biológicas, e humanas). A memória, na sua complexidade, atravessa os séculos e provoca polêmica quanto ao entendimento (se biológico, social, ou político). É tão antiga quanto à existência do ser humano.

Desde o início das civilizações a fala compõe o elemento fundador da memória. Por meio de histórias contadas oralmente e transmitidas de geração em geração foram construídos e reconstruídos valores, mitos e crenças. As histórias eram baseadas em fatos simples como a própria experiência de vida, as relações com os animais e a



imaginação dos sujeitos. Esse círculo de fala, lembrança, reconstituição e narração tem um lugar no passado e é responsável pela tradição, baseada nos saberes populares.

Com a escrita, a memória adquire outra configuração e é problematizada como pertencente a uma elite. Surge a construção de dois mundos distintos, o dos letrados e dos iletrados, dos que sabem definir códigos daqueles que não sabem, e isso vai definir o futuro dos saberes, hoje conhecido por educação. Como lembra Ricoeur (2007, p.74) “[...] é da dialética do mestre e do discípulo que dependem os exercícios de memória inscritos num programa de educação, de paideia”.

A memória, portanto, atravessa o início da civilização, constrói a história da humanidade, funciona para o bem e para o mal, dependendo dos “usos e abusos” (Todorov, 1995; Ricoeur, 1996) que se faz dela, é problematizada também na contemporaneidade, e reivindicada como âncora para a construção da identidade coletiva de determinados grupos sociais. Vários teóricos trabalham com essa temática em estudos complementares ou perspectivas diferentes, dentre eles destacam-se Bergson (2006); Halbwachs (2006); Ricoeur (2007); Todorov (1995); Pollak (1992); Nora (1984); Huyssen (2008); Marialva (2007), Ribeiro, Ferreira (2007); e outros.

Da memória como acumulação de lembranças, passando pela vinculação às relações sociais, a manipulação, consumo, o termo na contemporaneidade se configura em espetáculo e se torna objeto da sociedade de consumo. Trata-se de uma cultura e de uma política da memória (Huyssen, 2004) justificada pelos excessos: de eventos, de fotografias, de homenagens, de programas, de museus, etc. A internet e suas múltiplas narrativas insere a mídia nesse contexto, bem como a televisão com seus *big brothers* e novelas (das oito, das sete, das seis, vale a pena de novo, exibidas diariamente, só para citar a maior rede de tevê brasileira, a Globo). O jornal impresso também não foge dessa cultura, considerando seus múltiplos cadernos e suplementos dos finais de semana.

Na perspectiva Halbwachiana, só há memória a partir das relações sociais, das relações de troca. Para o autor (2006), a memória é sempre social. No entanto, que tipo de relação social a mídia estabelece e com quem? Quem é o sujeito da ação e a quem interessa? Quando um fato é apresentado, por exemplo, as cotas raciais, que lembranças traz? A mídia ressignifica a memória e de que forma?

Para responder a essas questões, as reflexões de Halbwachs (2006) podem nos ajudar. O autor afirma que a memória não existe isoladamente, uma vez que para lembrar é preciso lembrar a partir de algum acontecimento, alguma coisa. Ora, a proposta de cotas raciais nas universidades públicas do país gerou um acontecimento,



no entanto, esse fato tem sido veiculado nos meios de comunicação muito mais como um espetáculo do que propriamente uma relação social de troca.

Halbwachs (idem) pensa a memória como algo a ser compartilhado, negociado, de modo a trazer estabilidade. Considerando essa premissa, o tratamento dado às cotas pela mídia nega a teoria Halbwachiana. A discussão midiática acerca das cotas, desde que foram propostas e começaram a ser implantadas³, traz um olhar enviesado e leva para o campo do estereótipo, do discurso passional e da especulação (palavra de origem latina, cujo verbo *speculari* significa espiar, esquadrinhar/pesquisar. No entanto, é entendida aqui no sentido moderno de caricatura e não no sentido filosófico de pensamento criador).

Desse modo, a memória midiática pode ser lida como alguma coisa que se dá na esfera da luta política, do mesmo modo como Pollak (1989/3) entende memória: sempre dinâmica, dialógica, contextual e atravessada por campos de relações de forças, de disputa de poder. O autor (idem) apresenta dois segmentos da memória: oficial e subterrânea. Trabalha com a oralidade, cujo objetivo é dar voz a quem não tem acesso aos processos formais da sociedade, bem como dar materialidade às suas memórias. A idéia de memória subterrânea é uma estratégia de trabalhar as lutas individuais e coletivas, enquanto espera o momento histórico adequado para fazer emergir suas lutas.

Nesse aspecto, podemos afirmar que as cotas dialogam com o segundo segmento (memória subterrânea), uma vez que antes de emergirem foram construídas, articuladas, historicamente, pela luta do movimento negro brasileiro⁴ e que, apesar do silêncio

³ Primeiras propostas:

1999 e 2000 - O PL 73/1999, de autoria da deputada Nice Lobão – PFL/MA, propõe reserva de 50% de vagas nas universidades públicas federais para estudantes negros e indígenas, oriundos de escolas públicas e o PL 3.198/2000 – Estatuto da Igualdade Racial – de autoria do senador Paulo Paim/RS, garante o acesso dos negros aos cargos públicos, promove igualdade racial no mercado de trabalho e usufruto nos serviços públicos de saúde e moradia, entre outros.

2002 - O sistema de cotas na Uerj foi implantado nesta data, com a reserva de 50% para estudantes de escolas públicas. No mesmo ano, a Assembléia Legislativa do Rio aprovou lei que estipulava 40% das vagas das universidades do Estado para alunos negros. Em 2003, a Uerj propôs mudanças e a reserva de cotas passou a ser 20% para estudantes das escolas públicas, 20% para alunos negros e 5% para portadores de deficiência física e minorias étnicas. Os candidatos só concorriam por uma das modalidades e tinham que comprovar carência financeira. Para o vestibular de 2006, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Uerj estabeleceu nota mínima de 20 pontos em 100 pontos tanto para cotistas como não cotistas.

⁴ Organizações de resistência negra existiram no Brasil desde o período da escravidão, com fugas, insurreições e formação de quilombos. Na Bahia, em 1798, deu-se a Revolta dos Alfaiates, inspirada nos ideais de liberdade da Revolução Francesa, e 1835 a Revolta dos Malês contra a escravidão e a imposição da religião católica. Com a Abolição, surgiram várias lutas de afirmação da liberdade e da difusão dos direitos, como a Imprensa Negra paulista com o jornal Menelick, de 1915; a Frente Negra Brasileira, nos anos 30, de caráter nacional; o Teatro Experimental do Negro, de 1944, no Rio de Janeiro; o Jornal Alvorada, em Pelotas; a Associação Cultural do Negro, em 1954, em São Paulo; o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, em 1975, no Rio de Janeiro; o Movimento Negro Unificado em 1978, em São Paulo; e a inclusão do debate da discriminação racial em partidos políticos como o PT e organizações sindicais como a CUT, CGT, FS, que resultou em fóruns de debates em nível nacional. A Conferência Mundial



mediático, fazem parte do mundo real. O silêncio aqui se refere à análise do tema, quando comparado aos demais temas sociais, veiculados no Jornal Folha de São Paulo, no período de janeiro a dezembro de 2008, como veremos mais adiante. Quando a memória a que nos referimos, no caso, as cotas, perde para outros tipos de memórias, os demais assuntos sociais veiculados no jornal, podemos dizer que há uma hierarquização de memória, como afirma Halbwachs (2006).

O que a mídia escolhe lembrar ou, ainda, como é feita essa escolha da lembrança é que nos leva a perceber que as cotas raciais são hierarquizadas no jornal. Mesmo quando presentes, as cotas discutidas nos editoriais, artigos e cartas diferem do sentido social que as originaram. Marialva Barbosa (2007, p.50) observa que:

Ao destacar a questão da hierarquização das memórias, há que se considerar a existência de memórias dominantes e memórias dominadas. Dentro de um mesmo grupo, opera-se, pois, o processo de visibilização de determinadas memórias, em detrimento de outras que são silenciadas, a que não se permite organizar sentidos.

Na realidade, a organização de sentido dado ao tema é deslocada do “mundo da vida” e é apresentado de forma solta, ou reduzido aos contrários e favoráveis. A maneira como o jornal trata as cotas raciais ignora suas raízes em um longo período da história brasileira. Além disso, nega um presente de discriminação do negro em todas as esferas sociais, e apaga o futuro, numa clara ameaça de manter o Brasil como um país muito atrasado em termos de direitos sociais, humanos, políticos e civis, de fato. O Jornal Folha de São Paulo pratica o que Muniz Sodré chama de cegueira cognitiva.

2. As cotas na Opinião da Folha

Durante doze meses, de janeiro a dezembro de 2008, o Caderno de Opinião, da Folha de São Paulo, publicou 728 editoriais, dos quais apenas quatro (0,55%) abordaram o tema cotas, ainda assim nem todos de forma direta. No mesmo período, nas 1.464 colunas, somente uma (0,06%) discutiu o assunto. Já dos 732 artigos, publicados na página Tendências e Debates, oito (1,0%) falaram de cotas/ações afirmativas/reserva de vagas. E no Painel do Leitor, das 3.339 cartas postadas nos doze meses, 17 (0,50%) abordaram cotas/ações afirmativas.

contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi o marco histórico, que culminou com o Brasil assumindo a existência do racismo no país e a anunciando, publicamente, promessa de medidas de combate. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Negro. Acesso: 03.07.2010

Em 24 de janeiro de 2008, a Folha publicou no Painel do Leitor, duas cartas com o título “Cotas”. Ambas fazem referência à matéria publicada no Caderno Cotidiano, do dia anterior, sobre a então decisão da justiça de suspender o sistema de cotas na UFSC. A escolha do jornal para dar visibilidade à sua opinião foi justamente o discurso dual, quando fez opção por publicar declarações opostas. A primeira carta dizia: “Não posso compactuar com tal decisão, que defende uma igualdade apenas formal, em que, na prática, uns são mais iguais que outros” (Folha, Painel do Leitor, p.A3, 2008). A outra peça do jogo se encaixou com a réplica: “Sábria decisão da Justiça Federal de Santa Catarina de suspender o sistema de cotas na UFSC. Tomara que seja mantida”. (idem).

Essa montagem de discurso nos leva a refletir sobre o sentido da memória. Ao publicar as informações, o jornal está criando hierarquizando os temas, legitimando seu lugar de fala, e criando um lugar de verdade, como observa Todorov (p.16, 1995) “[...] la mémoire est sélection, il a bien fallu choisir parmi toutes les informations recues, au nom de certains critères; et ces critères, qu’ils aient été ou non conscients, serviront aussi, selon toute vraisemblance, à orienter l’utilisation que nous ferons du passé”⁵.

Mas também podemos afirmar que a Folha de São Paulo pratica o *não-lugar*, considerando a teoria de Pierre Nora (1984) acerca dos lugares de memória (lugares onde o sentido de continuidade histórica permanece). Para este autor (idem), a sociedade de consumo provoca rupturas no passado, gerando perda de identidade, perda de memória e, contraditoriamente, uma “busca desenfreada por lugares de memória”. São as “âncoras temporais”, ressaltadas por Nora (idem) como necessidade de apoio da identidade. Diante de uma sociedade em que tudo é efêmero, que gera excessos na mesma proporção em que gera faltas, o autor pensa essas âncoras temporais como os “últimos bastiões da busca de identidade”.

Nesse sentido, problematizamos a legitimidade da mídia, sua auto-referência como guardião da memória. Diante do tema Ações Afirmativas, cujo sistema de cotas desde que implantado no país tem sido questionado e estigmatizado por essa mesma mídia, queremos saber qual foi a opinião publicada. Na Folha de São Paulo, (jornal que investigamos), compreendemos que sua prática de *não-lugar* de memória, como dito acima, justifica-se pelo esquecimento. Haja vista que em um ano (2008) apenas quatro

⁵ Trad.: [...] a memória é seleção, é resultado de escolha entre todas as informações recebidas, em nome de certos critérios; e esses critérios, quer tenham sido conscientes ou não, servirão também, ao que tudo indica, à orientar a utilização que nós faremos do passado.



editoriais abordam cotas. O primeiro saiu dia 14 de maio, cujo título “As cotas no Supremo” já revela, senão uma postura, pelo menos uma intenção.

Ora, se pensarmos na importância política, social, econômica e cultural que as cotas podem representar para o país, como um jornal de caráter nacional ignora a questão? Numa primeira análise, enxergamos a manutenção de fronteiras simbólicas, nas quais ainda há vestígios de memória de um país oligárquico do início do século XX. Embora reconheça que “a sociedade brasileira, apesar da propaganda em torno da democracia racial, conserva-se discriminadora” (Folha, p.A2, 2008), o editorial não aceita a implantação de cotas raciais como construção de uma memória de futuro. No entanto, aponta as cotas sociais como uma possibilidade.

3. A comunicação simbólica do silêncio

O editorial começa relatando “uma guerra de manifestos em Brasília” (Folha, p.A2, 2008) ao se referir aos intelectuais contrários e favoráveis às cotas raciais nas universidades, cujos manifestos foram entregues ao Supremo. Mesmo afirmando que a questão não inviabiliza uma abordagem “respeitosa e racional”, os argumentos contrários são incisivos, e deixam escapar algo para além do dizível.

No texto há referência à pesquisa do Ibope com o Instituto Ethos, “[...] mostrando que negros e pardos, que são quase metade da população, ocupam só 3,5% dos cargos de chefia nas maiores empresas do país” (Folha, p.A2, 2008). Ao publicar tais estatísticas e ao mesmo tempo negar as cotas, o jornal está optando pelo esquecimento de aproximadamente 46,5% da população brasileira. Não significa que esse contingente deva ser lembrado para a formação de novos cargos executivos, em grandes empresas, nem tão pouco que as cotas raciais devam ser apontadas como solução para os problemas das relações sociais do país, no entanto, podem, sim, ser um mecanismo que leve a igualdade de oportunidades entre negros e brancos num país, de fato, partido.

Diz o editorial: “Grupos contrários às cotas argumentam, com razão, que esse tipo de política afronta o ideal republicano da igualdade de todos diante da lei”. Uma questão se impõe frente a tal declaração e está relacionada diretamente à memória. Como um editor que, pressupõe-se, conhece a história, pode compactuar e reforçar a construção inverossímil de uma memória nacional (de igualdade de todos)?

Ora, antes da República, ou no período seguinte recente, havia no Brasil importantes intelectuais negros, a exemplo de Machado de Assis, José do Patrocínio,



Lima Barreto, André Rebouças, Luiz Gama, Manuel Querino, Theodoro Sampaio, só para citar alguns. Eram escritores, jornalistas, poetas, engenheiros, advogados, professores e ainda havia empresários negros, muitos donos de jornais⁶. Isso sem contar a participação negra nas áreas de música e das artes plásticas.

Como bem relembra Santos (2008, p.36):

Não é de hoje que se tem a impressão de que, durante a escravidão no Brasil, havia um número razoavelmente grande de negros que se destacavam nas mais diversas atividades profissionais, intelectuais, artísticas e científicas, para além daquelas em que a força transformou o seqüestro de milhões de homens e mulheres, durante quase quatro séculos, em mercadorias de um comércio internacional que instituiu o trabalho escravo.

Mais de um século já se passou depois da abolição, no entanto, falta à sociedade brasileira coragem, ou vontade política, para enfrentar a questão do negro com seriedade, respeito e inteligência. A mídia, ao escolher e orientar a pauta cotidiana, na qual o negro tem um lugar (quase sempre identificado como bandido ou suspeito), contribui para apagar a imagem do mesmo como sujeito-histórico. Nesse sentido, há um ressignificado da memória, ou o que seria mais apropriado, há um silenciamento do outro, do diferente do eu e uma temporalidade histórica do negro, como apontado acima, o não sujeito, ou protagonista de uma ação moral inadequada socialmente.

Esse ‘apagamento’ ocorre na mídia impressa, na televisão e em outros gêneros midiáticos. Na tevê, a comunicação simbólica do silêncio em torno do negro é perversa. São exemplos desde programas infantis, nos quais as crianças negras não têm referência, porque os espelhos são crianças loiras, de pele branca, aos jornais e novelas que trazem como padrão a família branca, com raras exceções. Esse é o sintoma do cenário da imagem, e como ressalta Sodré (2006, p. 158) “[...] esse mundo imaginário é tão forte que você praticamente só existe socialmente hoje se estiver nesse espelho da televisão, nesse espelho de reconhecimento social”. Para o autor, a pessoa só existe socialmente quando é imagem.

E o espelho do qual Sodré (2002, p. 23) se refere como ele mesmo afirma, “não é uma simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros

⁶ Ferreira de Araujo era dono da Gazeta de Notícias; Ferreira de Menezes, dono da Gazeta da Tarde; José do Patrocínio, dono dos jornais Gazeta da Tarde e A Cidade do Rio; Apulco de Castro, dono de O Corsário; Alcindo Guanabara, fundador do jornal Novidades (1887/1892); Francisco Correia Vasques, ator e dramaturgo; B. Lopes, poeta; Monteiro Lopes, advogado e político; Sales Torres Homem foi jornalista, advogado, diplomata, escritor, médico e político; Vicente de Souza, jornalista fundador dos jornais A Democracia (1890) e A União Federal (1890/1891). Ver Alves (2009).



parâmetros para a constituição das identidades pessoais”. Qual é a representação do negro nesse novo espaço, nesse “bios midiático”?⁷

Considerando o recorte em estudo (as cotas raciais), ao depender da opinião da Folha, nem mesmo um futuro de possibilidades de novas relações socioeconômicas e socioculturais no país é capaz de mudar as antigas estruturas de hegemonia branca dominantes. Haja vista que a matéria dissemina um olhar de incerteza quando se refere a uma ameaça de divisão do país em brancos e negros. Ou seja, para usar expressão de Pollak (1989), a memória midiática se exerce na dimensão instrumentalizada, que se justifica pelas relações de poder.

Nessas relações midiáticas,

a invisibilidade dos representantes da matriz africana na sociedade brasileira em todo o século vinte foi denunciada e combatida pelos movimentos negros como uma das formas mais perversas de racismo. Entretanto, tornou-se uma estratégia política para mostrar o lugar do negro na sociedade brasileira no pós-abolição. Falar dessa presença e do seu lugar social ainda hoje provoca incômodo entre nós. (SANTOS, 2008, p. 36).

De fato, quando o assunto é cotas raciais, a reação é de estranhamento, incômodo ou provocação. No entanto, acreditamos que é dessa tensão entre o lugar “permitido” na mídia e o lugar de cidadão “no mundo da vida”, representado pelas cotas, com direito ao saber e, reproduzindo Foucault (2007), conseqüentemente, ao poder, que algo novo pode surgir. Essa estratégia de tensão também é defendida por Pollak (1989, p.9). Ele diz: “Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil”.

4. Memória e cidadania

Hoje, a mídia nega a exclusão do negro na sociedade brasileira e naturaliza as diferenças de oportunidades, por meio de uma solução simplista. “Uma política que favoreça pessoas mais pobres automaticamente contemplará negros, índios e outras minorias sem o risco de racializar as relações sociais” (Folha, p.A2, 2008). Essa

⁷ O conceito de Bios Midiático está no livro *Antropologia do Espelho*, de Muniz Sodré, e constitui um novo modo de vida, um novo bios, no qual a mídia é a esfera existencial, regida pela economia monetária. A teoria de Sodré parte de Aristóteles, que desenvolveu três bios: *Bios apolaustikos* (esfera dos sentidos, dos prazeres); *Bios theoretikos* (esfera do conhecimento); e *Bios politikos* (esfera da política, das relações sociais). São esferas socializantes, que se movem, e na contemporaneidade se complementam com o quarto bios, o *Bios midiático*, que constitui a existência humana, uma nova forma de viver a realidade da mídia, uma relação com a informação e o mercado.



negação publicada no editorial da Folha, dia 14 de maio, caracteriza uma postura do jornal diante do debate sobre políticas públicas, como mecanismo de cidadania a uma parcela que representa cerca de 50% da população brasileira, negra, cuja história é esquecida sistematicamente.

Quando o editorial sugere uma política de cotas sociais, como solução para a discriminação do negro ou do índio, deixa transparecer em sua fala uma prática de apagamento de memória, um descompromisso com as lutas sociais, por meio da descaracterização do real. O argumento que considera a questão racial anacrônica permeia o sistema informativo que, segundo Sodré (2010), traz em si “[...] pequenas elites intelectuais, a que se pode chamar de ‘logotécnicas’, isto é, especializadas na neo-retórica elaboradora do discurso público”.

A orientação do discurso público, da qual o autor se refere, é no sentido de negar as cotas raciais, por meio da afirmação de leis universalistas como garantia de direitos iguais a todos. O argumento joga com a ameaça da divisão do país em raças, no caso de prática nacional. No entanto, basta ler as estatísticas⁸ para perceber que há uma enorme distancia entre a lei e o cotidiano do negro. Este vive uma realidade de exclusão e de negação, articuladas por uma elite dominante que deseja manter o *status quo* societal, como afirma Sodré (2010, internet):

As elites logotécnicas - editorialistas, articulistas, editores, colunistas, âncoras de tevê, criadores publicitários, artistas, jornalistas especiais - funcionam como filtro e síntese de variadas formas de ação e cognição presentes nas elites econômicas, políticas e culturais coexistentes num contexto social. O racismo ostentado pelas elites tradicionais desde séculos atrás pode ser reproduzido logotecnicamente, de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso midiático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização tecnoeconômica, onde se acha incrustada a discriminação em todos os seus níveis.

Entretanto, e independente de estratégias de manipulação, Marialva Barbosa, analisando Paul Ricoeur, traz uma reflexão sobre a produção de sentidos da narrativa e as brechas para novas produções encontradas pela recepção.

[...] todo texto oferece diferentes ‘vistas esquemáticas’ que o leitor deve concretizar (brechas ou lugares de indeterminação) e também porque o texto é inacabado já que o mundo que ele propõe é sempre incompleto. Neste sentido, o mundo, que afinal o texto é, não passa de uma seqüência de frases que precisam ser transformadas em um todo. Há um ponto de vista viajante em qualquer

⁸ Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2008, revela que no trabalho, a população negra no Brasil recebe renda média de 53% em relação à renda dos brancos. Além disso, os negros ocupam os piores postos de trabalho e são maioria no mercado informal. No serviço doméstico, no campo e na construção civil também a maioria é de negros. Na outra ponta, os brancos ocupam os cargos de gerência e lideram as funções executivas. No setor financeiro não há negros nas posições mais altas. Os empregadores são formados por 71,7% da população branca. Fonte: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=6268. Acesso em 13.07.2010



leitura, o que faz com que nenhum texto possa ser percebido em sua totalidade de uma só vez. (BARBOSA, p.25, 2007).

O olhar mnemônico muda de acordo com a perspectiva do leitor, o que naturalmente implica busca e seleção. Na contemporaneidade, a cultura da memória, da qual fala Ricoeur, ora gera excessos, ora gera esquecimento. No entanto, embora as cotas estejam nesse lugar do esquecimento, o resultado de sua prática pode representar o princípio de retomada de busca da cidadania, congelada no século XIX. No Brasil do final dos anos 1880, o movimento abolicionista, considerado um dos grandes movimentos políticos, contou com o apoio da imprensa brasileira, intelectuais brasileiros e estrangeiros⁹, e tinha caráter nacional, como observa Carvalho (2009, p. 65):

“Foi forte tanto no sul como no norte do país. Além disso, envolveu pessoas de várias camadas sociais, desde membros da elite, como Joaquim Nabuco, até os próprios escravos, passando por jornalistas, pequenos proprietários e operários. Principalmente, tratou-se de uma luta por um direito civil básico, a liberdade”.

O autor acrescenta que o “ponto fraco do abolicionismo veio do fato de ter acabado logo após a abolição, [...] não prosseguiu a luta [...] na transformação dos escravos em cidadãos” (Carvalho, 2009, p.66). Nesse sentido, com os direitos sociais, políticos e civis apenas “para inglês ver”¹⁰, a cidadania plena brasileira fica inconclusa e é agravada pela mídia interessada nos efeitos da globalização e do consumo.

Uma questão colocada no início desse trabalho diz respeito à relação entre a Constituição brasileira e as eleições americanas. Considerando os Estados Unidos, cujos direitos civis foram conquistados há pouco mais de 40 anos¹¹, resultados de movimento

⁹ O poeta francês Victor Hugo escreve uma carta de apoio ao movimento abolicionista brasileiro, que é entregue a José do Patrocínio:

“Uma província acaba de declarar a escravidão abolida. Esta é uma grande notícia! A escravidão é o homem substituído no homem pelo animal; o que pode sobrar de inteligência humana nesta vida animal do homem, pertence ao amo, segundo sua vontade e seu capricho. Daí as circunstâncias terríveis. O Brasil infligiu na escravidão um golpe decisivo. O Brasil tem um imperador, este é mais que um imperador, é um homem. Que continue. Nós lhes damos os parabéns e o homenageamos. Antes do final do século, a escravidão terá desaparecido da Terra. A liberdade é a lei humana. Constatamos numa palavra a situação do progresso; a barbárie recua, a civilização avança”. Victor Hugo. (Transcrita no livro *A campanha abolicionista*, de Evaristo de Moraes, op.cit., p.226, apud Alves, 2009). Ver Alves (2009) – a abolição na província do Ceará, anunciada pelo governador Sátiro Dias, na praça Castro Carreira, em Fortaleza, ocorreu dia 25 de março de 1884.

¹⁰ Expressão usada para definir a postura do Brasil diante dos tratados assinados com a Inglaterra (1817; 1826; e lei promulgada em 1831) para por fim ao tráfico de escravos. Apesar das leis, o tráfico continuou normalmente, sendo intensificado depois de 1845. A Inglaterra adotou várias sanções como capturas, afundamentos e incêndios a navios brasileiros até mesmo na costa brasileira, mas somente em 1850, uma lei, promulgada pelo ministro Eusébio de Queirós, encerrou por completo o tráfico, que ainda durou até 1852. Ver Prado Júnior (2008)

¹¹ Em 2 de julho de 1964, o presidente americano Lyndon Johnson assinou o Ato dos Direitos Civis, garantindo a igualdade racial de direitos (liberdade de livre acesso em setores públicos como escolas, restaurantes, fábricas, hotéis, cinema e outros). Em 1965 assinou Lei dos Direitos de Voto. Martin Luther King foi um dos grandes líderes do



de lutas pacíficas e violentas pelos sujeitos afetados, no caso, os negros, a eleição de um presidente negro representa uma vitória da democracia. Uma vitória da liberdade. Basta imaginar que há tão pouco tempo, do ponto de vista histórico, era impossível a um negro pequenas práticas comuns aos brancos, como assentar-se no banco da frente de um ônibus, tomar água no mesmo bebedouro, entrar no mesmo cinema, ou no mesmo restaurante e até andar pelas mesmas ruas.

No ano da eleição de Barack Obama, 2008, o mesmo que comemora os 20 anos da Constituição Cidadã brasileira, e os 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por que o caderno de Opinião não relacionou as cotas raciais a esses temas? Novamente, como já foi abordado nesse artigo, a escolha do jornal foi pelo silêncio. Um silêncio, para repetir Huyssen (2004), mais eloqüente do que vazio.

A Constituição brasileira garante direitos universais, e ao mesmo tempo e contraditoriamente, o cidadão brasileiro (o negro pode ser chamado de cidadão?) tem direitos civis tão frágeis. Dessa forma, a frase de Joaquim Nabuco de que “acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão” (Fundação Joaquim Nabuco, 2010) nos parece bastante atual. É uma frase que pode ser lida à luz da teoria de Todorov (1995) acerca da importância do dever de memória (dimensão da moral e da justiça, como a luta pela busca da verdade). “Destruir a obra da escravidão” também pode ser lida como um exercício de resistência às intencionalidades de dominação simbólica, por meio da luta pela reconfiguração da liberdade e da igualdade em todas as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e, sobretudo, das interrelações sociais.

5. Conclusão

Recorremos às brechas deixadas pela publicização das ações afirmativas, das quais o sistema de cotas faz parte, para tentar responder às outras questões desse trabalho. O que têm em comum com as cotas o ano de eleições municipais no Brasil, as eleições presidenciais nos Estados Unidos, as comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos 30 anos da Constituição Cidadã e dos cinco anos de implantação do sistema de cotas na primeira universidade pública do país, a Uerj?

movimento dos Direitos Civis, reunindo multidões em passeata (Em 1963 reuniu mais de 200 mil pessoas na marcha para Washington, onde fez o famoso discurso I have a dream. A marcha era por uma sociedade de igualdade racial). Adepto dos princípios cristãos de Gandhi, ele pregava a não-violência como forma de atingir os objetivos. Em 1964 conquistou o Prêmio Nobel da Paz e em 1968 foi assassinado. Fonte: <http://mundonanet.sites.uol.com.br/biografias6.html>. Acesso: 13.07.2010.



O único ponto em comum entre os temas, apresentados pela Folha de São Paulo, é o silêncio. As publicações do Caderno de Opinião de 2008 abordam essas datas totalmente desarticuladas das cotas. Nem mesmo os cinco anos de implantação do sistema foram mencionados como uma data a ser lembrada. A ausência causa estranhamento, sobretudo considerando a mídia como auto-referente, com seus cadernos especiais, suas matérias especiais, aquela que busca legitimar seu lugar de fala por meio das narrativas dos acontecimentos, assumindo cada vez mais o papel de filtrar a memória. Nesse jogo há de se ressaltar uma contradição entre um desejo de lugar mnemônico e um lugar de esquecimento, de fato, pelo menos no que se refere às cotas raciais num contexto para além da dicotomia *classe x raça, sim x não*.

As cotas aparecem deslocadas, como se outros temas de interesse nacional (as eleições, a educação, a economia, a política) não guardassem em si nenhuma relação direta ou indireta com a questão. Até as cartas dos leitores, que repercutem as notícias publicadas, sistematicamente, no caso das cotas, aparecem comedidamente e, como já dito acima, reproduzindo um discurso dual, o do contra ou a favor, sem um aprofundamento no debate.

Embora o tema cotas esteja na pauta, este é atravessado pela orientação do esquecimento, daí a justificativa de não pertencimento à outras dimensões sociais amplamente debatidas no jornal. A questão do racismo até recebe uma análise por vezes bastante importante. Alguns editoriais são bastante incisivos nas suas falas. O que questionamos aqui é o isolamento dado às cotas, as ações afirmativas. É o não-debate. Até mesmo o racismo aparece muitas vezes de forma isolada, como se a sociedade não fosse permeada pela discriminação.

Dessa forma, a mídia imprime sentido às cotas raciais pela exclusão, não pelo enfrentamento. Existe uma tensão coletiva, que é tanto midiática como do interior da sociedade. Da mídia pelo desejo de verdade, imposto pela negação, esquecimento, silêncio. A leitura que fazemos da Folha de São Paulo pode ser algo como ‘o jornal até aceita debater essa questão das cotas, desde que bem longe, desde que não contamine os outros temas do cotidiano’. Mas isso não apaga a tensão.

Fora da esfera midiática, as brechas começam a ser preenchidas com uma certa naturalidade, como algo já negociável. Portanto, nossa hipótese se confirma: as cotas, quer sejam sociais, raciais ou híbridas, trouxeram à memória outra realidade. Mesmo que as fronteiras discursivas da opinião midiática sejam estreitas, e que haja uma prática de apagamento das cotas raciais, ressaltando o pobre como a solução para a questão do



negro (invisibilizando-o), as cotas fazem emergir à memória uma nova realidade política.

Bibliografia

ALVES, Uelinton Farias. José do Patrocínio – a imorredoura cor de bronze. Rio de Janeiro, 2009, Garamond

BARBOSA, Marialva Carlos. Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória. Niterói, EdUFF, 2007

BERGSON, Henri. Matéria e memória. São Paulo, Martins Fontes, 2006

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009

COLOMBO, Fausto. Arquivos imperfeitos. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Edições Graal, São Paulo, 2007

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro, Ed. Aeroplano. Rio de Janeiro, 2004

HALBWACKS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Centauro Ed. 2006

LYRA, Fernando. As terras ontem e hoje. In: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em 13.07.2010

NORA, Pierre. Entre a memória e a história – os lugares de memória. Trad. Les lieux de mémoire. Paris, Gallimard, vol. I (La République), 1984

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n° 10, 1992

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2. n.3, 1989

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2008

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In A memória, a história e o esquecimento, Campinas, Ed. da Unicamp, 2007



_____. A memória exercitada: Uso e Abuso. In: Tempo e Narrativa. São Paulo, Papyrus, 1996

SANTOS, Luiz Carlos dos. Theodoro Fernandes Sampaio. In: O Sábio negro entre os brancos – Theodoro Sampaio. Livro de Exposição. Projeto de Emanuel Araujo, Museu Afro Brasil, São Paulo, 2008

SODRÉ, Muniz. Sobre Imprensa Negra. In: <http://www.facom.ufjf.br/lumina/R1-MunizSodre-HP.pdf>. Acesso em 04.07.2010

_____. A Televisão é a boca do mercado, é sua fala, a fala da moeda. In: CAPUTO, Stela Guedes. Sobre entrevistas – Teoria, práticas e experiências. Petrópolis, Ed. Vozes, 2006

_____. Antropológica do espelho. Uma teoria de comunicação linear e em rede. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs). Mídia e Memória. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007

TODOROV, Tzvetan. Lesa bus de La mémoire. Paris, Arléa, 1995